A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

NADJA CAROLINA DE SOUSA PINHEIRO CAETANO
Psicóloga; Profª do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Piauí
ENICÉIA GONÇALVES MENDES
Psicóloga; Profª Drª. dos cursos de Psicologia e Educação Especial e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: Esse estudo vislumbra contribuir com o amplo processo de inclusão social do público de pessoas com deficiência ao identificar e analisar pesquisas acerca da atuação do psicólogo com pessoas com deficiência intelectual buscando caracterizar a atuação descrita na literatura da área. Ele faz parte das ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Formação de Recursos Humano e Ensino em Educação Especial – GP- FOREESP. Foram consultadas bases de dados consagradas pela literatura: Scielo; Portal CAPES de periódicos e psyco info. As pesquisas identificadas foram selecionadas a partir de descritores que associavam psicologia/psicólogo e deficiência intelectual/mental. Os resultados apontam que mesmo com a dificuldade que a literatura em geral apresenta para caracterizar a deficiência intelectual, a Psicologia e os psicólogos tem desenvolvido trabalhos para conhecer as diversas realidades e características desse público.

Palavras-chave: GP-FOREESP, psicologia, deficiência intelectual

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca a *interface* entre a Educação Especial e a Psicologia e é parte integrante da agenda do grupo de pesquisa GP-FOREESP - "Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial", que integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão de alguns docentes, alunos de graduação de vários cursos e da Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar. Esse Grupo de Pesquisa desenvolve e apóia pesquisas multiprofissionais com o objetivo de construir conhecimento e proporcionar troca de experiências que auxiliem pessoas em situação de deficiência e altas habilidades, suas famílias e os profissionais que estão envolvidos nesse contexto.

As pesquisas realizadas no âmbito do referido grupo têm partido do pressuposto que o trabalho com pessoas com deficiência deve estar pautado na colaboração entre os profissionais da Educação Especial, da Educação Comum e demais atores desse processo, sejam técnicos ou administrativos, família e pessoas com deficiência (MENDES e NUNES, 2008). O objetivo principal é garantir que o serviço prestado ao público com deficiência seja um serviço adequado as suas necessidades e, principalmente, que atinja o objetivo específico de toda e qualquer intervenção: o bem estar e o desenvolvimento da pessoa atendida.

Para isso foram analisadas publicações desenvolvidas pelos componentes do GP-FOREESP e pela literatura em geral no período de 2000 à 2012 que estavam associadas ao tema deficiência intelectual. Também foram selecionados trabalhos que continham deficiência mental, fracasso escolar ou problemas de comportamento que estavam associado à comportamento adaptativo. O objetivo do estudo foi identificar e caracterizar o conhecimento produzido acerca do tema, focando

em última análise as contribuições acerca da atuação do psicólogo na área.

As pesquisas desenvolvidas pelo GP-FOREESP

Mendes et al (2004) analisou a produção científica discente de programas de pós-graduação em Educação e Psicologia. Os resultados apontam a precariedade dos programas vocacionais realizados nas instituições especializadas e a desvinculação destes à realidade do trabalho competitivo, e sugerem maior cautela na seleção dos participantes a fim de evitar alguns problemas metodológicos. Os autores identificaram uma tendência para estudos descritivos sobre indivíduos com graus leves de deficiência intelectual e sugeriram a necessidade de aumento de estudos direcionados para outros tipos de deficiências, com maior diversidade metodológica e voltados para avaliar programas educacionais em ambientes normais como apoio para a inclusão social.

Santos e Mendes (2008) investigaram o procedimento de tutoria de colegas sobre o desempenho acadêmico de alunos com deficiência intelectual em classes comuns de pré-escolas. Participaram do estudo duas crianças com deficiência intelectual e doze com desenvolvimento típico como tutores. A tarefa ensinada foi o reconhecimento e a nomeação de vogais do alfabeto, através de atividades lúdicas (Bingo de Letras e o Dominó de Letras e Figuras), sendo que na condição sem tutoria a tarefa era individualizada e na tutoria, as crianças faziam duplas. Para as autoras os resultados demonstraram que a tutoria podia funcionar como alternativa para a melhora do desempenho acadêmico. As autoras pontuaram que o princípio poderia não se aplicar a todas as crianças, pois outras variáveis podem influenciar na aprendizagem, merecendo mais investigação.

Silva e Mendes (2008) identificaram e descreveram os comportamentos dos profissionais de uma escola e dos familiares de crianças com deficiência que, na perspectiva dos dois lados, são propiciadores e mantenedores de uma parceria colaborativa efetiva e bem sucedida. O estudo apontou que, entre as categorias levantadas a partir da investigação entre os participantes são observadas características essenciais do processo colaborativo, tais como respeito mútuo, comunicação, confiança, participação, amabilidade, sinceridade, seriedade e imparcialidade. Para as aautoras os resultados do estudo promovem conhecimento que auxilia no estabelecimento de uma parceria colaborativa efetiva e de sucesso.

Freitas e Mendes (2009) descreveram e analisaram a interação entre criança pequena com deficiências e seus pares em creches. O estudo analisou situações de brinquedo livre no parque da creche que foram filmadas e analisadas objetivando formar categorias comportamentais que descreviam os comportamentos interativos das crianças em relação uma a outra (aos pares) em: freqüência, direção, duração, topografia, além do status da criança, que poderia ser considerado isolado, agrupado, agrupado em interação e sozinho. Estes dados foram analisados em díades interativas, de forma a comparar a qualidade da interação quando a criança com deficiência estava ou não presente. Para as autoras os dados identificaram alta freqüência de interação, porém com adultos. A criança analisada permaneceu grande tempo isolada, suas interações com os pares foram menores e de qualidade diferente (menos verbais) quando comparada à interação entre as demais crianças. Para as autoras é necessário trabalhar os processos de interação entre crianças com e sem deficiência por considerarem a interação uma parte significativa do processo de inclusão.

À partir dos resultados encontrados no estudo publicado por Freitas e Mendes (2009) as autoras implementaram um programa de intervenção baseado na análise funcional do comportamento para proporcionar formação para os educadore. O objetivo do programa era fornecer conhecimentos que proporcionassem a solução dos problemas identificados de modo a lidar com os comportamentos

desafiadores exibidos pela criança, mediar sua interação com os colegas e otimizar sua escolarização como um todo. A intervenção foi baseada na consultoria colaborativa e consistiu em discussões com os educadores acerca da identificação das funções comportamentais dos comportamentos-problema para delineamento de estratégias para solucioná-los. Ao final do programa as autoras observaram mudanças comportamentais exibidas tanto pela criança com deficiência, quanto pelas educadoras, com diminuição significativa dos comportamentos inadequados identificados pela análise funcional (agressivos e disruptivos), bem como aumento de intervenções efetivas, de acordo com a função comportamental (FREITAS e MENDES, 2008).

Mendes e Lourenço (2009) compararam a descrição de professores de meninos e meninas identificados por eles como alunos com necessidades educacionais especiais. Os dados foram coletados a partir da coleção de 351 cadastros de alunos identificados como especiais. Esses cadastros faziam parte de um banco de dados iniciado em 2001pelo FOREESP e continham descrições espontâneas dos professores sobre as características das crianças que, segundo eles, justificavam a notificação. Tais descrições foram divididas em unidades de conteúdo e categorizadas. A freqüência em cada uma das categorias foi computada para os grupos, que foram divididos em função do gênero. Dos 351 cadastros, 66,1% referiam-se a crianças do sexo masculino, enquanto 33,9% eram de crianças do sexo feminino. A comparação da incidência das categorias nos dois grupos apontou como única diferença estatisticamente significativa: a indicação de meninos com base na categoria "problemas de comportamento". Para as autoras há o indicativo de viés de gênero na elegibilidade de meninos e meninas pelos seus respectivos professores apontando para a necessidade de mecanismos de monitoração deste tipo de viés que vem sendo sustentado pela área de Educação Especial e que contribuem para a construção de desigualdades sociais.

Caetano e Mendes (2010) discutem a necessidade de avaliar a formação do psicólogo para atuar com pessoas com deficiência em face da literatura da área apontar tanto para a necessidade de uma atuação voltada às demandas do público atendido quanto para falhas nessa formação. Para as autoras pesquisas sobre o tema são necessárias assim como a elaboração de procedimentos que consigam avaliar as diversas contingências envolvidas.

Veltrone e Mendes (2011) descreveram a caracterização dos profissionais da escola envolvidos na identificação da deficiência intelectual, bem com os procedimentos por eles utilizados. Participaram do estudo 67 profissionais de escola especial, rede municipal e rede estadual de ensino de cinco municípios do interior do estado de São Paulo. Os dados revelaram que não existe uma padronização de quem são os profissionais envolvidos na avaliação e nem sobre procedimentos utilizados. Revelaram também que são utilizados procedimentos diferenciados pela escola especial, rede municipal e rede estadual de educação. Para os autores a deficiência intelectual acaba sendo compreendida conforme a necessidade de atendimento e também de acordo com as concepções presentes no contexto cultural e social imediato do qual o aluno faz parte.

Silva e Mendes (2012) avaliaram os efeitos de um programa de intervenção preventiva, baseado nos modelo de Consultoria Colaborativa Escolar e Suporte Comportamental Positivo, voltado para prevenir e minimizar problemas comportamentais. Foram aplicado o Inventário dos Comportamentos de Crianças e Adolescentes 6-18 anos/Relatório para Professores (TRF), junto às professoras em pré-teste. Posteriormente o programa de intervenção preventiva foi implementado e teve como alvo as professoras e os alunos. TRF foi reaplicado em pós-teste. Para avaliar o impacto da intervenção foi aplicado o teste MANOVA nos resultados obtidos. Em relação ao comportamento dos alunos houve diminuição estatisticamente significativa nos comportamentos do tipo

internalizante, externalizante e nos problemas totais. Para as autoras os resultados indicam que a aplicação dos modelos de Consultoria Colaborativa Escolar e de Suporte Comportamental Positivo pode ser efetiva, apontando para o fato de que tais modelos podem ser utilizados por psicólogos escolares em intervenções preventivas voltadas para prevenir e minimizar problemas de comportamento na escola.
Segundo Mendes (2008):

> O GP-FOREESP entende que a função da pesquisa neste contexto seria a de produzir conhecimento que possa contribuir para a construção de sistemas educacionais mais inclusivos, e tem buscado através dos estudos que seus pesquisadores saiam do papel de expectadores, observadores e delatores, e isso implica em vivenciar o cotidiano das escolas e buscar o caminho de colaboração entre a educação regular e especial. Aos poucos fomos definindo algumas pautas que seriam importantes para a pesquisa na área, a partir da problematização que vem sendo garantida pelos esforços coletivos, concentrados e continuados de investigação. Reconhecemos que nossas linhas de pesquisas ainda se dispersam em muitas temáticas complexas, mas esta tem sido uma opção consciente pela necessidade de conciliar nosso histórico, os interesses individuais com as metas do grupo, além da necessidade de imprimir um caráter prospectivo, com a abertura de várias frentes de investigação, porque nosso foco maior tem sido a formação de novos pesquisadores, e há um esforço no sentido de caminhar para atender às demandas emergentes de produção de conhecimento. Estamos caminhando, mas sem deixar de considerar que nosso foco de investigação é ainda uma miragem, uma ficção, pois a inclusão escolar é um fenômeno que ainda não existe (MENDES, 2008, pág. 19).

A atuação do psicólogo com pessoas com deficiência intelectual

A atuação do psicólogo em múltiplos contextos é um tema bastante discutido pela literatura da área (BOARINI e BORGES, 2009; CAETANO, 2009; BOUERI, 2010; YAMAMOTO e OLIVEIRA, 2010; BARRETO, 2011; CFP, 2011b; MATOS, 2011; SANTOS e VIEIRA, 2012). Essas pesquisas refletem o grupo social no qual estamos inseridos, contexto esse que agrupa diversas discussões sobre o direito de acesso a bens e serviços pela população em geral e o papel do governo e da sociedade civil organizada nesse processo. Nessa realidade a atuação do psicólogo junto a pessoas com deficiência tem se destacado à medida que os resultados das pesquisas na área apontam tanto para a importância desse setor quanto para a necessidade de formar um profissional melhor preparado para a prestação do serviço (CAETANO, 2009; MATOS, 2012; VELDEN, 2012).
É importante frisar que em época de discussões sobre a inclusão social de pessoas com deficiência é comum voltarmos a atenção especificamente para bens e serviços destinados às mesmas. Mas parte-se do pressuposto que todas as pessoas, com ou sem deficiência, precisam ter suas necessidades singulares atendidas, dentro de uma perspectiva coletiva. O que discutiremos aqui é como atender às necessidades de pessoas que além das necessidades gerais, como acesso à educação, saúde e assistência social de qualidade, também possuem necessidades específicas como acesso ao conteúdo curricular na escola, aos serviços de saúde e assistência social utilizando estratégias de comunicação como braile, libras, ou comunicação alternativa, por exemplo.

Deficiência intelectual

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF atesta a dificuldade em se estabelecer a melhor maneira de se fazer referência aos indivíduos que enfrentam algum grau de limitação ou restrição funcional (OMS, 2004). A comunidade acadêmica no Brasil tem adotado o

termo deficiência intelectual de modo a identificar esse público, uma tendência que acompanha a definição proposta pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), mas não há um consenso geral sobre o tema.

A definição mais atual proposta pela AAIDD considera deficiência intelectual como uma deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo que abrangem muitas habilidades práticas e sociais de vida diária e que se originam antes dos 18 anos (AAIDD, 2010). Para a associação funcionamento intelectual refere-se a inteligência, à capacidade mental geral, como o aprendizado, raciocínio, resolução de problemas, entre outros. Essa definição concebe que é necessário avaliar a inteligência, e pressupõe como uma das alternativas o uso de testes de quoeficiente intelectual (considerando um escore por volta de 70, 75 como indicativo de limitação no funcionamento intelectual).

Para a avaliação de comportamentos adaptativos a associação orienta para o uso de testes padronizados que contemplem três tipos de habilidades:

> - Conceptual skills—language and literacy; money, time, and number concepts; and self-direction.
> - Social skills—interpersonal skills, social responsibility, self-esteem, gullibility, naïveté (i.e., wariness), social problem solving, and the ability to follow rules/obey laws and to avoid being victimized.
> - Practical skills—activities of daily living (personal care), occupational skills, healthcare, travel/transportation, schedules/routines, safety, use of money, use of the telephone (AAIDD, 2010).

A associação também propõe que a identificação e caracterização objetive o planejamento da intervenção mais adequada para cada realidade, considerando que é um processo que envolve a pessoa com deficiência e seu ambiente, ou seja, a condição da deficiência é fruto dessa interação, considerando condição sócio econômica, cultura, diversidades lingüísticas além da forma como o indivíduo se comunica, se locomove e se comporta (AAIDD, 2010).

O conceito de deficiência intelectual apesar de controverso tem sido discutido a partir da percepção que se constitui uma desordem na qual os indivíduos tem dificuldade de adaptar-se ao meio (MANZINI, 1998; ALMEIDA, 2004; SANTOS e MORATO, 2012; VELTRONE, 2012).

Veltrone (2012) investigou o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual no estado de São Paulo analisando a identificação e caracterização desse público. Para a autora os estudos acerca das percepções dos agentes educacionais sobre a deficiência intelectual evidenciam concepções estigmatizantes que consideram o aluno com deficiência intelectual incapaz (CAMPOS e GIACOIA; VELTRONE, 2012). O referido estudo também apontou que quando a avaliação para a identificação do aluno com deficiência intelectual é realizada na escola especial, há prevalência de profissionais da área clínica, incluindo os psicólogos. Os dados reforçam a literatura da área cujos estudos demonstram que a figura do psicólogo ainda está associada a instituição de atendimento especializado em detrimento da atuação em outros contextos. Importante ressaltar que o trabalho dos pesquisadores da área tem sido o de reorientar a prática objetivando a autonomia, cidadania e inclusão social, bem além do diagnóstico e das instituições "especializadas" (BOUERI, 2010).

Os participantes pesquisados informaram utilizar testes como o WISC III (Escala de Inteligência Wechsler para Crianças 3ª edição) e o Columbia (Escala de maturidade mental Columbia) para a avaliação de crianças com suspeita de deficiência intelectual e o WAIS III (Escala de Inteligência Wechsler para Adultos 3ª edição). Das quinze instituições investigadas no estudo, apenas uma

utiliza o teste de Q.I. (Quoeficiente de Inteligência) na avaliação do referido público.
A avaliação psicológica de pessoas com deficiência, assim como de todos os públicos, deve ser desenvolvida considerando o objetivo do uso dos resultados de modo a atender a demanda do atendido. Os testes são uma parte da avaliação, mas não a avaliação em si. É importante lembrar que no Brasil os testes disponíveis para uso são constantemente avaliados e validados pelo Conselho Federal de Psicologia. O objetivo é garantir a correta adaptação das características avaliadas para os diversos grupos do país numa tentativa de tornar o escore mais confiável, porém ainda assim são resultados estáticos, que fornecem informações momentâneas, precisam de contextualização e direcionamento.
A a atuação do psicólogo deve ser pautada na avaliação do meio ambiente no qual a pessoa vive e nas condições adaptativas da mesma de modo a prover uma intervenção em acordo com as demandas do sujeito. Ela pode ocorrer em diversos contextos e sob a orientação de diversas abordagens teóricas, o que vai mudar são as estratégias utilizadas e os caminhos percorridos, mas os objetivos a serem alcançados e a ética na excução da intervenção, esses são únicos. Os objetivos devem ser traçados em acordo com o atendido e sua dinâmica (família, escola, comunidade, etc.) seguindo os preceitos éticos da profissão e do grupo ao qual pertencem.
As demandas identificadas pelas pesquisas na área são diversificadas. Avaliação para fins educacionais, programas de habilidades sociais, planejamento de ensino, orientação e planejamento de atividades de vida diária, treinamento com profissionais, abordagem a temas específicos como sexualidade e comportamento adaptativo, o que demonstra a diversidade da atuação do psicólogo nesse contexto.
Anache e Mitjáns analisaram a produção científica em deficiência mental na base de dados da CAPES. Os resultados identificaram que os temas relacionados à avaliação e ao diagnóstico, ao ensino, às interações sociais, à saúde, à inclusão e à avaliação educacional foram os mais frequentes. A pesquisa publicada no ano de 2007 apontava para a necessidade de desenvolver pesquisas voltadas para o tema aprendizagem, visto que foi um tema identificado pelas autoras como pouco abordado, porém as pesquisas na área já apresentavam dados promissores sobre a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual.
Queiroz (2005) identificou e caracterizou comportamentos do psicólogo para atuar no atendimento a pessoas com deficiência intelectual. Os psicólogos participantes do estudo apontaram como classes de comportamentos indicadas para a atuação do psicólogo em instituição de atendimento a deficiêntes intelectuais:

> 1. Orientar familiares
> 2. Desenvolver atividades a serem desenvolvidas com familiares de usuários de ações da instituição
> 3. Orientar professores
> 4. Orientar usuários de ações da instituição
> 5. Encaminhar usuários de ações da instituição para outros atendimentos fora da instituição
> 6. Encaminhar usuários de ações da instituição para escola regular
> 7. Acompanhar o usuário a consultas de rotina
> 8. Realizar avaliações de usuários de ações da instituição
> 9. Desenvolver ações terapêuticas e sócio-educacionais
> 10. Programar atividades a serem realizadas com usuários
> 11. Preparar condições para que ocorram atividades que foram previstas (pág. 38).

Além das classes de comportamentos indicadas como pertinentes à atuação do psicólogo a autora

também idenficou as classes de comportamentos indicados como desejáveis na atuação do psicólogo:

1. Auxiliar profissionais ao definir habilidades a serem desenvolvidas nos usuários da instituição
2. Orientar profissionais que atuam com usuários da instituição
3. Realizar trabalhos em grupos com adolescentes
4. Realizar trabalhos em grupos com familiares

Segundo a autora as classes de comportamento mais citadas e/ou alvo de maior detalhamento foram aquelas tradicionalmente atribuídas ao psicólogo e/ou que são requisitadas por exigências legais. Porém as indicações podem revelar apenas o que é mais familiar e conhecido, não necessariamento o mais relevante.

Estudos acerca dos mecanismos de aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual revelam que em condições adequadas e sob estímulos específicos é possível construir um repertório com habilidades importantes tanto para o currículo escolar como para a vida diária, além de fornecer elementos para a avaliação das estratégias de ensino necessárias para esse público.

Zaine (2011) propôs uma estrutura de treino combinando discriminações simples e condicionais e reforçamento diferencial e específico para cada classe de estímulos no ensino de leitura de seis palavras simples isoladas a indivíduos com atraso no desenvolvimento. Os resultados apontaram para a formação de classe de equivalência de estímulos para todas ou algumas classes de estímulos para todos os participantes do grupo experimental. Apesar da ausência de repertório de leitura recombinativa o uso de reforçadores específicos pode haver auxiliado a emergência de repertórios não treinados. Para a autora o desempenho nos testes de equivalência e nomeação de alguns estímulos pode ter sido prejudicado pelas semelhanças múltiplas entre algumas palavras escritas e ausência de modelo auditivo nos treinos (foram utilizados sons onomatopéicos como modelos nas situações de discriminações condicionais).

Programas de leitura utilizando ambientes interativos tem obtido êxito no processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual de diversas faixas etárias. Frente aos êxitos apresentados por essas pesquisas Benitez (2011) expandiu o uso de um programa referência no uso em ambientes controlados e em situação escolar para a utilização por pais de crianças com deficiência intelectual. A pesquisa avaliou tanto o aprendizado do participante a partir do uso do programa quanto a participação do familiar enquanto monitor. Os resultados apontaram para a eficácia desse tipo de procedimento de ensino. Mesmo com dificuldades como problemas técnicos, dificuldades na compreensão das tarefas e na interação com o aprendiz os resultados foram identificados pela pesquisadora como promissores para a utilização do programa e da metodologia de uso do mesmo para além do contexto laboratorial e escolar.

O estudo acerca das habilidades sociais de pessoas com deficiência intelectual também são significativos na área (AGUIAR e DEL PRETTE, 2008**).** Rosin-Pinola, Del-Prette e Del-Prette analisaram as habilidades sociais e problemas de comportamento de alunos com deficiência mental quando comparados com seus colegas sem deficiência que apresentavam alto e baixo rendimento acadêmico, da pré-escola à oitava série por meio do Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais preenchido pelos professores dos alunos (2007). Os resultados apontaram para diferenças estatísticas significativas entre os grupos, com os alunos com alto rendimento acadêmico apresentando melhores resultados que os de baixo rendimento e estes melhores resultados que os alunos com deficiência mental.

Nas habilidades sociais os alunos com alto rendimento apresentaram escore acima da média normativa enquanto os demais grupos apresentaram abaixo da média. Um dado interessante é que

exclusivamente nos quesitos assertividade e auto-defesa os grupos baixo desempenho e alunos com deficiência intelectual apresentaram escore acima da média normativa. Quanto aos problemas de comportamento os grupos baixo rendimento e alunos com deficiência mental se equipararam nos dados na média normativa, enquanto os alunos com alto rendimento apresentaram escore abaixo dela. Para os autores os dados apresentados pelo estudo sugerem concomitância das variáveis apresentadas e aponta similaridades nas necessidades educativas desses dois grupos, reforçando a importância das habilidades sociais para o sucesso e a inclusão escolar.

As pesquisas na área não se concentram apenas na avaliação, mas se preocupam em caracterizar fenômenos da realidade do público com deficiência intelectual. Vieira (2006) descreveu concepções e atitudes sociais de crianças não-deficientes acerca da deficiência intelectual e da inclusão e analisou os efeitos de um programa informativo sobre elas. Os resultados indicam que o programa proporcionou maior entendimento da deficiência intelectual (visão mais realista das possíveis limitações, das habilidades de pessoas deficientes e das necessidades de apoio e transformações do meio para atender às suas necessidades), contribuindo para a aceitação social da pessoa com deficiência e as atitudes favoráveis à inclusão. A autora aponta para a necessidade de trabalhar essas questões ainda na infância de modo a construir um repertório com essas habilidades.

Postalli, Munuera e Aiello (2011) caracterizaram uma família cuja mãe suspeitava-se que tivesse deficiência intelectual, seus estressores e efeitos dos mesmos no desenvolvimento das crianças e na adesão aos programas de intervenção. Os resultados do estudo revelaram que as crianças apresentavam desenvolvimento abaixo do indicado para a idade. Porém haviam outros fatores de risco além da deficiência: pobreza, baixa escolaridade dos pais, violência intrafamiliar, alcoolismo. Para as autoras esses fatores acarretavam no agravamento dos problemas. Importante destacar que, uma vez que o estudo parte da preocupação com a qualidade da educação proporcionada por uma pessoa com deficiência intelectual, em casos semelhantes os dados não podem ser diretamente associados à deficiência intelectual uma vez que o entrelaçamento de contingências é tal que impede em um primeiro momento a relação causa e efeito, porém apontam para a necessidade de mais pesquisas sobre o tema de modo a identificar incidência e prevalência além da caracterização da funcionalidade presente nos repertórios.

O desenvolvimento sexual da pessoa com deficiência intelectual é pouco conhecido uma vez que tradicionalmente a manifestação de sua sexualidade é vista, catalogada e tratada como um distúrbio de conduta (SPROVIERI e ASSUMPÇÃO JR, 2005). Pesquisas sobre a expressão da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual tem discutido que é necessário rever essa postura de modo a garantir a esse público os mesmos direitos que pessoas sem deficiência possuem nessa área.

Morales e Batista (2010) investigaram a compreensão de conceitos sobre sexualidade por jovens com diagnóstico de deficiência intelectual, em aulas de orientação sexual. Os participantes do estudo demonstraram atenção ao conteúdo ministrado, executaram as tarefas propostas e responderam às perguntas realizadas. Comportamentos como embaraço e valoração do conteúdo discutido eram semelhantes aos dos jovens em geral, o que para as autores demonstrou apropriação de valores culturalmente estabelecidos, contrastando com os que denominaram de "visões míticas em relação à sexualidade" (PINHEIRO, 2004).

Barros, Williams e Brino (2008) caracterizaram as habilidades de proteção contra o abuso sexual de mulheres com deficiência intelectual. Os dados obtidos revelaram que as participantes não possuiam repert[orio de habilidades de auto proteção adequado para se protegerem em situações potencialmente abusivas. Elas conseguiram discriminar as situações apropriadas das inapropriadas, porém não conseguiram se retirar de situações inapropriadas e nem relatar o ocorrido a pessoas de

confiança. Os dados levam a discussão sobre a necessidade de programas de prevenção para o público pesquisado e revela a importância de se discutir o assunto em termos operacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas analisadas apontam para a evolução do conhecimento produzido na área. A Psicologia tem trabalhado para a promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual e problemas adaptativos e não só para o diagnótico sem objetivo prático. O GP-FOREESP trabalha produzindo conhecimento nas mais diversas áreas e propondo investigações como objetivo de conhecer as múltiplas realidades e divulgar as estratégias de atuação promissoras identificando na colaboração a alternativa mais viável para atender as necessidades dos grupos, sejam eles compostos por pessoas com ou sem deficiência.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. M. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. Psicologia ciência e profissão, 17 (2), 37-42, 1997.

BRANCO, M. T. C. Que profissional queremos formar? Psicologia, ciência e profissão, 18 (03), 28 – 35, 1998.

CAETANO, N. C. S. P. A formação do psicólogo para atuar com pessoas com deficiência. Dissertação. Programa de pós-graduacao em Educacao Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

CALAIS, S. L.; PACHECO, E. M. C. Formação de psicólogos: análise curricular. **Psicologia Escolar Educacional**, v.5, n.1, Campinas, jun. 2001.

CARVALHO, A. M. A. C. Atuação psicológica. Psicologia ciência e profissão. 4 (02), 1984.

CARVALHO, A. M. A. C. Formação em Psicologia em São Paulo: o ponto de vista do aluno. Comunicação apresentada na sétima reunião nacional da sociedade brasileira de psicologia. 1984b.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**. Brasília, DF. 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia ciência e profissão. Editorial. 7 (02), 1987.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços**. Campinas: Átomo. 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon. 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 013/2007.** Brasília, DF. 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO. **Psicologia: Formação, atuação profissional e mercado de trabalho (Estatísticas 1995).** São Paulo: Autor. 1995.

DITTRICH, A.; ABIB, J. A. D. O Sistema Ético Skinneriano e Conseqüências para a Prática dos Analistas do Comportamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 17, v. 3, pp.427-433. 2004.

HOFF, M. S. A proposta de Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia. Psicologia, ciência e profissão, 19 (03), 12 – 31, 1999.

MARTINS, J. B. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 39-45, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia.** Brasília, DF. 2004.

PARDO, M. B. L. et al. Construção de um modelo para análise da formação profissional do psicólogo. Psicologia ciência e profissão, 18 (03), 14 – 21, 1998.

PARDO, M. B. **Um estudo de condições significativas para a formação do psicólogo.** Tese (Doutorado em Educação Especial), São Carlos – Programa de Pós-graduação em Educação Especial. 1989.

PEREIRA, F. M.; NETO, A. P. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de Profissionalização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

TODOROV, J. C. A Psicologia como o Estudo de Interações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23 n. especial, p. 057-061. 2007.

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M. Análise Experimental do Comportamento e Sociedade: um novo foco de estudo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n.1, pp. 25-29. 2004.